

Vicente Eduardo de Almeida (E), Kepler Euclides e Cristovam Buarque durante debate sobre mudanças climáticas e agricultura do futuro



Especialistas: agricultura depende de tecnologia 4

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.569 – Brasília, sexta-feira, 25 de novembro de 2011



## Plenário recebe pedido de urgência para Código Florestal

Genaldio Almgelhu/Senado Federal



Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana e Eduardo Braga (*sentados*) discutem emendas com assessoria: CMA concluiu votação

Votação final no Senado pode acontecer na semana que vem. Ontem terminou o trâmite do projeto nas comissões da Casa

**A** Comissão de Meio Ambiente concluiu a análise do substitutivo de Jorge Viana ao projeto do Código Florestal e aprovou requerimento para que o texto tramite no Plenário em regime de urgência, o que pode garantir votação semana que vem.

Na sessão de ontem, foram aprovados somente

quatro dos 77 destaques apresentados, devido ao interesse dos autores de retirá-los de pauta ou por já terem sido acolhidos anteriormente pelo relator.

As emendas aprovadas tratam de detalhes sobre atividades em áreas de proteção permanente e sobre responsabilização de queimadas. 5



Comissão presidida por Corlor (D) aprovou Colin para posto em Pyongyang

### Seleção brasileira será convidada a jogar pela paz entre Coreias

Novo embaixador na Coreia do Norte aceitou sugestão para jogos com seleção dos dois países. 8

### Senado aumenta preço e restrição ao consumo de cigarro

Regras mais rígidas de combate ao fumo integram medida provisória aprovada. 7

### Projeto torna crime a venda de bebida alcoólica para menor 7



Renan Calheiros (D) cumprimenta o presidente da CCI, Eunício Oliveira

### Prorrogação da DRU passa em comissão e vai para o Plenário

Governo se esforça para aprovar projeto da Desvinculação de Receitas da União ainda neste ano. 3

### Sabatina de indicada para STF pode ser quinta-feira

Relator deve ler na quarta parecer ao nome de Rosa Weber para ocupar cadeira vaga desde agosto. 8

José Cruz/Senado Federal



Walter Pinheiro (E), Cyro Miranda e Lúcia Vânia na comissão: balanço recente do PAC dá relevância à audiência

### Ministra do Planejamento fará balanço do PAC no Senado

Audiência com Miriam Belchior deve acontecer até a próxima quinta-feira, segundo a presidente da Comissão de Infraestrutura, Lúcia Vânia. 6



Municípios do Espírito Santo alegam que o estado terá prejuízo caso Senado aprove projeto que zera alíquota de ICMS em operações interestaduais com produtos importados



Os prefeitos Antônio Wilson Fiorot (E) e Elieser Rabello apresentam manifesto ao presidente do Senado, José Sarney

## Prefeitos capixabas querem adiar votação sobre ICMS

PREFEITOS CAPIXABAS REUNIRAM-SE ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para tratar das mudanças propostas pelo Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, que reduz a zero a alíquota de ICMS sobre operações interestaduais com produtos importados. O principal objetivo do grupo é sensibilizar líderes partidários do Senado para perdas significativas que o Espírito Santo terá, caso a proposta seja aprovada.

Os prefeitos querem evitar também que pedido de urgência seja aprovado. Eles pretendem deixar para 2012 a decisão sobre a proposta de Romero Jucá (PMDB-RR).

A principal preocupação é com as receitas provenientes do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), que, hoje, representam de 30% a 35% de todas as receitas de ICMS dos municípios. Segundo estimativas da comitiva de

prefeitos, o estado deve perder R\$ 934 milhões com as mudanças propostas pelo projeto, além de 42,4% de sua receita do ICMS – que superaria os R\$ 2,9 bilhões, considerando a receita dos primeiros dez meses do ano. Com a soma, a perda está estimada em mais de R\$ 3,8 bilhões.

### “Fechar as portas”

– O Espírito Santo já está sofrendo com a proposta de perda dos *royalties*. Se acabar o Fundap, acaba o estado do Espírito Santo, acabam as prefeituras. Os municípios terão que fechar as portas e entregar as chaves ao governo federal – disse Elieser Rabello, vice-presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes).

Segundo Rabello, dez dos 16 líderes partidários do Senado já se comprometeram a não assinar o pedido de urgência de votação do projeto.

De acordo com Antônio

Wilson Fiorot, prefeito de Pedro Canário, município com menor Índice de Desenvolvimento Humano do estado, o Espírito Santo quebrará se o projeto de Jucá for aprovado na forma atual.

– Essa medida não traz um benefício expressivo para o país e representa para os estados e municípios a destruição. Ele inviabiliza toda a capacidade de investimento dos municípios do estado e em alguns, inclusive, prejudica a folha de pagamento, a saúde e a educação – disse o prefeito de Pedro Canário.

O projeto está sendo analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o senador capixaba Ricardo Ferraço (PMDB-ES) é relator. Na última quarta-feira, o colegiado aprovou requerimento de Ferraço para realização de debate sobre a redução a zero da alíquota do ICMS incidente nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

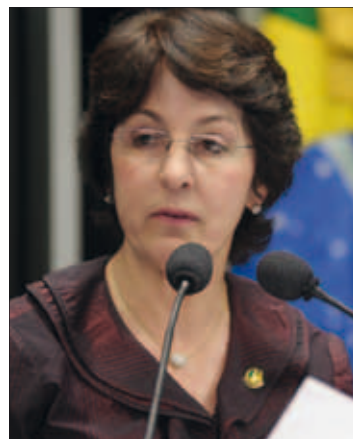
## Ana Rita reforça argumentos das cidades do Espírito Santo

Ana Rita (PT-ES) ratificou os argumentos dos prefeitos capixabas de que o estado do Espírito Santo vai falir caso seja aprovada a redução a zero do ICMS para operações interestaduais com produtos importados.

Assim como os prefeitos, ela também entende que o projeto ameaça a existência do Fundap, que tem sido importante instrumento de desenvolvimento regional do Espírito Santo, segundo a senadora. Alegando perdas de R\$ 600 milhões para os municípios e de R\$ 350 milhões para o estado, correspondentes a 50% dos investimentos

previstos para 2011, Ana Rita fez apelo a Romero Jucá, autor da proposta, para que ouça as lideranças estaduais antes de votar a matéria. Ela ressaltou que 40 empresas estão cadastradas no fundo, representando 412 mil empregos. Por isso, pediu definição “responsável e gradual”.

A senadora também lembrou que, recentemente, o Senado tomou uma decisão que já impôs “enormes prejuízos” ao Espírito Santo, reduzindo a participação do estado na distribuição dos *royalties* do petróleo oriundos da exploração do pré-sal.



Senadora apela a Jucá, autor do projeto, para que ouça prefeitos

– Ignorar a situação é condenar o Espírito Santo, seus municípios e sua população à ruína social – avaliou a senadora, que leu o manifesto de prefeitos.

## Orçamento: R\$ 5,5 bilhões para demandas setoriais

Na próxima segunda-feira, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) deverá divulgar, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o montante que cada relator setorial da proposta orçamentária terá à disposição para atender a várias demandas.

A divisão, de um total de

R\$ 5,5 bilhões, será feita de maneira proporcional às emendas apresentadas ao projeto do Orçamento até ontem. Os dez relatórios setoriais deverão ser votados até o próximo dia 8, conforme decidido em reunião entre Arlindo Chinaglia e integrantes da comissão.

Com os últimos feriados, houve atraso no cronograma da CMO. Os parlamentares pretendem fazer um esforço para que as matérias em tramitação sejam votadas até 19 de dezembro no colegiado.

A reunião na CMO está prevista para começar às 15h.

## Dornelles destaca reunião internacional de empresários

Os resultados da reunião do B-20, grupo de empresários dos países desenvolvidos e emergentes que integram o G-20, realizada no início do mês em Cannes, na França, foram comentados ontem por Francisco Dornelles (PP-RJ).

O encontro, disse, trouxe como principal alerta o fato de que as empresas precisam



Francisco Dornelles/Senado Federal

da economia para sobreviver, mas também podem ser importantes para sua recuperação.

Dornelles explicou que o eixo principal das discussões foi a volatilidade das taxas de câmbio e dos fluxos de capitais de curto prazo, procurando estimar impactos sobre competitividade, fluxos de comércio e investimentos dos países.

## Humberto comemora maior participação do Nordeste no PIB

Humberto Costa (PT-PE) comemorou ontem o crescimento da participação do Nordeste no produto interno bruto (PIB). As contas regionais, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, entre 2008 e 2009, a parcela da região no PIB cresceu 0,4 ponto percentual.

Humberto atribuiu o crescimento ao processo de reversão da concentração de desenvolvimento, que, segundo ele,

iniciou-se no governo do então presidente Lula e tem continuidade na administração Dilma.

– A marca profunda do desequilíbrio regional que o Brasil, no passado, vergonhosamente ostentou vem agora sendo apagada e, em seu lugar, o país imprime os contornos da inclusão social e do crescimento mais igualitário para todos os brasileiros.

O senador destacou o crescimento nominal de seu estado, no período, em torno de 10%.

## Lindbergh Farias sugere “saída à brasileira” para crise mundial

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou ontem que falta liderança política para buscar um caminho diferente da austeridade para recuperar a economia e sair da crise. Ele citou reportagem do jornal *Valor Econômico* em que o ex-ministro argentino da Economia Roberto Lavagna alerta para a lição que a Europa deveria aprender com o desastre econômico da Argentina.

O senador afirmou estar



Lindbergh Farias/Senado Federal

convencido de que, no debate sobre a crise internacional, existe espaço para falar de uma “saída à brasileira”, inversa à receita norte-americana aplicada em 2008. Ele lembrou que as medidas adotadas pelos EUA incluíram redução de impostos dos ricos.

No Brasil, disse, foram usados crédito para o povo, transferência de renda e recuperação do salário mínimo.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Pronunciamentos

9h A sessão de hoje será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

### Difusão Cultural Interlegis

14h Projeto de Difusão Cultural do Arquivo do Senado Federal, no Interlegis.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



## Oposição exige emenda da saúde e freia votação de PEC

Para exigir prioridade na votação da regulamentação da emenda da saúde (substitutivo da Câmara ao PLS 121/07 – Complementar), os senadores da oposição (PSDB, DEM e PSOL) conseguiram impedir votações ontem no Plenário do Senado – inclusive do projeto que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU), prioritário para o governo.

Iniciada a ordem do dia, o líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), apresentou requerimento para que a pauta fosse invertida – de modo que o item 5 (a DRU) fosse apreciado antes do item 1 (a emenda da saúde).

O requerimento de Humberto foi aprovado simbolicamente. No entanto, o líder do PSDB, Alvaro Dias, apoiado por

senadores da oposição, pediu verificação do quórum. Constatou-se que havia apenas 36 senadores no plenário. Como são necessários pelo menos 41 votantes para que o requerimento seja apreciado, a aprovação simbólica da inversão da pauta acabou sendo anulada. Outras votações no plenário acabaram sendo impedidas.

Alvaro Dias argumentou que a regulamentação da Emenda 29, que garantirá mais recursos para a saúde pública, é mais importante para o país do que a DRU.

José Agripino (DEM-RN) cobrou dos governistas o cumprimento do acordo pelo qual a oposição aceitou votar a DRU depois de o governo ter se comprometido com a urgência da emenda da saúde.

Sob protestos da oposição, a votação na CCJ foi rápida. Líderes da base governista dizem que, se a aprovação não ocorrer antes do recesso, poderá haver convocação extraordinária



Renan Calheiros (D) apresenta voto favorável: volume de despesas obrigatórias torna a DRU necessária ao governo

## Prorrogação da DRU passa na CCJ e chega ao Plenário

COUBE À 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), na direção dos trabalhos ontem à tarde, realizar o rito necessário para preparar o debate e a votação, em Plenário, da proposta de emenda constitucional que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2015. Logo depois das 14h, ela registrou a aprovação do parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A aprovação ocorreu por volta das 13h, em sessão que durou cerca de cinco minutos, com poucos senadores e sem líderes da oposição. O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), observou que o reduzido número não impedia a votação da PEC 114/11, já que havia quórum e a decisão não seria terminativa.

A DRU permite desvincular 20% das receitas das contribuições sociais destinadas à saúde e à assistência social, excluindo as relativas à previdência social,



Eunício Oliveira, que preside a CCJ: vista coletiva antes da votação

que irão compor o orçamento fiscal. Os valores vão financiar dotações orçamentárias previamente definidas na Lei do Orçamento Anual (LOA). O governo tem pressa na aprovação, pois a DRU deixa de valer no fim do ano se não for prorrogada.

O relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), destaca que a DRU não reduz a base de cálculo das principais transferências constitucionais para estados

e municípios. Além disso, são preservadas as receitas para o salário-educação e os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

– Faço questão de ressaltar que a DRU tornou-se necessária porque o Orçamento da União apresenta elevado volume de despesas obrigatórias – disse.

A maior parte dos recursos desvinculados retorna para o orçamento da área, apontou. Segundo ele, dos R\$ 46 bilhões desvinculados em 2010, R\$ 37 bilhões voltaram para pagar despesas da própria área.

O relatório foi apresentado pela manhã. Em seguida, Eunício Oliveira concedeu vista coletiva e anunciou a retomada dos trabalhos às 12h40. Presente nesse momento, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), apresentou questões regimentais para tentar ampliar o prazo de vista e criticou o governo por enviar na “última hora” a proposta de prorrogação da DRU.

## Líderes avaliam que há tempo hábil para exame

Em Plenário, a PEC terá que ser debatida e votada em dois turnos, com interstício de cinco dias entre os dois, conforme determina a Constituição. No primeiro turno, serão cinco sessões de discussão e, no segundo, três. Se forem apresentadas emendas, o prazo pode se ampliar, pois o processo volta à CCJ para o exame dessas propostas – que dependem de 27 assinaturas para serem registradas.

Após a reunião, Eunício Oliveira avaliou, em entrevista, que

o tempo que resta até o início do recesso – 23 de dezembro – é mais do que suficiente para esgotar todos os ritos, aprovar e encaminhar a matéria para sanção presidencial. Renan Calheiros assinalou que a expectativa é votar até o dia 22. Se isso não ocorrer, o Congresso terá que ser convocado extarordinariamente, o que dependeria de maioria nas duas Casas.

Renan admitiu que, com o objetivo de apressar a tramitação, vem sendo considerada

a hipótese de examinar a PEC junto com outra, de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR), também para prorrogar a DRU (PEC 87/11), que já está em segunda sessão de discussão em Plenário. Segundo Renan, essa medida exige cuidado para evitar a possível “judicialização” da matéria. É que o líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), já disse que a medida é antirregimental e que, se for adotada, seu partido irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

## Para Alvaro, votação esvaziada foi “manobra rasteira”

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), reclamou da forma como a PEC que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o senador, a aprovação ocorreu “de forma esperta, numa manobra rasteira” e “numa reunião apressada, sem a oposição”. Ele disse que isso desgasta a imagem da Casa.

O líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), reagiu dizendo que o

discurso de Alvaro Dias “não faz justiça à verdade” e que as decisões da CCJ são respaldadas pelo regimento e já tiveram antecedentes idênticos.

Humberto disse que a prorrogação da DRU, criada quando o PSDB ocupava a Presidência da República, é essencial para permitir o funcionamento da máquina pública e enfrentar a crise internacional.

– E por que o governo passado [do PSDB] fazia [a DRU]? Fazia porque era necessário, não se pode engessar o Orçamento.

Em resposta, Alvaro lembrou que a CCJ concedeu vista coletiva de apenas duas horas para análise da PEC usando como argumento o artigo 306 da Constituição. O artigo permite a urgência quando se trata de ameaça à segurança nacional ou de calamidade pública.

– Calamidade é conceder um cheque em branco ao governo de R\$ 62 bilhões [os recursos desvinculados pela DRU], enquanto esse mesmo governo é conivente com práticas que denunciamos [de corrupção].



Alvaro Dias discursa sobre DRU, ao lado de Humberto Costa e Ana Amélia

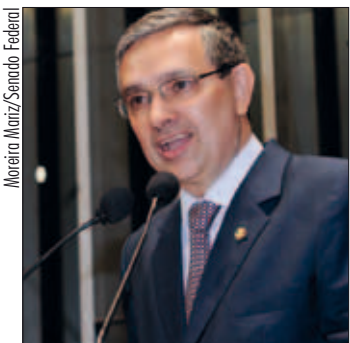
## Marinor cobra instalação de conselho

Marinor Brito (PSOL-PA) cobrou do Congresso a instalação do Conselho de Comunicação Social. Previsto na Constituição, o conselho só foi regulamentado em 1991, com a atribuição de fazer o controle social de temas ligados à comunicação. Cabe ainda ao órgão, que tem caráter consultivo, a análise de propagandas de tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos; da produção e programação das emissoras de rádio e televisão; do monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social; da promoção cultural, da outorga e renovação de concessão de serviços de radiodifusão; entre outros.

– Não é possível avançar na democratização deste país sem avançar em projetos e programas que possibilitem dar vez e voz ao povo. Portanto, democratizar os meios de comunicação – afirmou.



Democratização da mídia depende do conselho, diz Marinor Brito



Eduardo Amorim afirma que médico deveria ter dedicação total ao SUS

## Amorim diz que SUS precisa de plano de carreira

Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) enumerou, em discurso, quatro medidas para melhorar o Sistema Único de Saúde (SUS): mais dinheiro; regulamentação da Emenda 29, para evitar “que os maus gestores gastem os poucos recursos da saúde com aquilo que verdadeiramente não é saúde”; nova política de recursos humanos; e transparência nas ações.

O parlamentar disse que é difícil imaginar o SUS sem a dedicação exclusiva dos profissionais da saúde. Ele defendeu a criação de plano de carreira, cargos e salários que garanta a estabilidade e ascensão profissional das categorias envolvidas.

Para o parlamentar, os profissionais de saúde “merecem ter um plano de carreira, cargos e salários que os possibilite ter dedicação exclusiva, assim como ocorre na maioria das carreiras jurídicas”.



Produção agropecuária brasileira depende de aprimoramento técnico e reformas econômicas, segundo participantes de audiência pública realizada ontem no Senado

# Pesquisadores: o futuro da agricultura está na inovação

O CRESCIMENTO DA população e o aumento de fenômenos climáticos exigem aprimoramento técnico e reformas econômicas para a produção agropecuária, segundo pesquisadores que participaram ontem de audiência pública sobre a agricultura do futuro, na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Vicente Eduardo Soares de Almeida, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, fez as maiores críticas ao modelo de agronegócio baseado em latifúndios. Ele defende, em vez disso, uma agricultura de futuro voltada para os interesses da população. Além da concentração de terras, frisou Vicente, o Brasil produz excesso de gás carbônico em sua agropecuária e é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

O pesquisador defendeu maior intervenção estatal em favor da soberania alimentar, salientando que poucas empresas ditam a política agrícola no país – situação que, segundo ele, foi alvo de reclamação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A reserva legal determinada pelo Código Florestal foi vista como necessidade absoluta, pois a interação com o ambiente natural mantém 50% da soja hoje plantada.



À mesa, Vicente Almeida (E), Kepler Euclides, Cristovam Buarque e Zander Navarro

Kepler Euclides Filho, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), analisou as tendências da agricultura, declarando que as mudanças devem levar em conta o aumento da urbanização e a mudança do perfil das famílias brasileiras – fatores que, em seu ponto de vista, devem conduzir a demandas diferentes de alimentos.

O representante da Embrapa considerou uma “briga de cachorro grande” a produção de alimentos mais saudáveis e frisou que, à medida que aumenta a informação da sociedade, mais crescem suas demandas em todos os aspectos. Kepler defendeu um papel forte da extensão pública e da formação de redes de produtores que melhore as tomadas de decisão e estimule a capacitação.

Zander Navarro, também pesquisador da Embrapa, comentou os desafios da agricultura e fez indagações sobre as condições do mundo em vários cenários de futuro. Entre as preocupações citadas, Zander lembrou o agravamento da redução da disponibilidade de água e previu que o aumento da renda *per capita* prevista para as próximas décadas terá um impacto forte na demanda e nos preços dos produtos.

O pesquisador da Embrapa citou fatores históricos que levaram à propriedade fundiária concentrada, mas apresentou estatísticas que mostram que a modernização da agricultura (especialmente a verificada desde os anos 1970) não correspondeu ao aumento da concentração de terras, exceto em casos regionais isolados.

## Marinor vai acompanhar investigação de chacina

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai acompanhar as investigações sobre o assassinato de seis jovens ocorrido recentemente na periferia de Belém. O requerimento, de Marinor Brito (PSOL-PA), foi aprovado ontem.

Ao justificar o pedido, a se-

nadora chorou e disse estar indignada com o aumento da violência e a impunidade crescente em seu estado.

– Não aguento mais denunciar casos bárbaros de violência. O estado do Pará virou uma terra sem lei. As autoridades são omissas e não tomam providên-

cias – assinalou a parlamentar.

Ela pediu aos senadores que a ajudem a acompanhar as investigações. A chacina pode ter sido praticada por policiais ou ex-policiais. O assassinato ocorreu no sábado, no distrito de Icoaraci. As vítimas não tinham passagem pela polícia.

## Sarney: Senado não distribui passaporte diplomático

O presidente do Senado, José Sarney, disse desconhecer a prática de pedir passaporte diplomático direto ao Itamaraty e a possibilidade de senadores recorrerem a ela. A observação refere-se a notícia de que o Ministério das Relações Exteriores renovou o passaporte

diplomático do líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, R. R. Soares, e de sua mulher, Maria Magdalena Bezerra Soares. Os documentos teriam sido liberados a pedido de Marcelo Crivella (PRB-RJ), em ofício encaminhado ao Itamaraty.

A concessão dos passaportes

foi publicada no *Diário Oficial da União* na sexta-feira passada.

– O que a lei determina é que cada senador tenha passaporte diplomático. Pela minha mão nunca passou nenhum pedido. Agora, para outras pessoas não está na atribuição do Senado – disse Sarney.

## Suplicy lê mensagem de Mãe Sylvania de Oxalá



Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta endereçada a senadores pela ialorixá do Axé Ilê Obá, Mãe Sylvania de Oxalá, em que agradece o convite do senador para participar, em Brasília, dos eventos comemorativos do mês da Consciência Negra. Na carta, Sylvania lamenta não poder deixar suas obrigações em São Paulo e saúda o governo pela abertura de espaços para o diálogo com os movimentos negros.

## Anibal propõe Enem obrigatório para todos

Anibal Diniz (PT-AC) defendeu projeto de sua autoria (PLS 696/11) que determina a obrigatoriedade de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para todos os alunos que concluem o ensino médio. O objetivo é impedir que as escolas participem da prova apenas com seus melhores alunos. Com o projeto, disse, a qualidade das escolas brasileiras será retratada com mais fidedignidade.



## Kátia Abreu elogia relatores do texto aprovado

Kátia Abreu (PSD-TO) exaltou o trabalho de seus colegas na aprovação do novo Código Florestal (PLC 30/11) na Comissão de Meio Ambiente (CMA), em especial os relatores, Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC). Para a senadora, houve reconhecimento de que o produtor rural e o agronegócio são importantes para o país, e isso foi feito de maneira democrática, pois todos os lados tiveram oportunidade de manifestação. Se o texto



Kátia Abreu: agronegócio reconhecido

aprovado não é o ideal para os ambientalistas, ressaltou, também não o é para o setor rural.

A senadora afirmou que os defensores dos produtores rurais não estão interessados em “priorizar” o desmatamento.

Kátia Abreu comemorou os 60 anos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida por ela.

## Projeto garante segurança jurídica, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse que a aprovação do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente é “fundamental para dar segurança jurídica tanto ao produtor de alimento quanto àquele que trata da preservação ambiental”.

A senadora salientou a impossibilidade de se poder chegar a negociação que agrade bastante a todos quando o que está em discussão é uma



Ana Amélia: assunto é complexo

matéria tão complexa. Ana Amélia disse que os relatores, Jorge Viana e Luiz Henrique, fizeram um trabalho de qualidade, ouvindo todos os setores interessados. Com isso, eles conseguiram, segundo ela, chegar a um equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e a produção de alimentos.

## Gurgacz: interesses de todos estão sendo atendidos

Acir Gurgacz (PDT-RO) celebrou aprovação do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambien-



te. Para o senador, o projeto atende aos interesses de todos, sejam agricultores, ambientalistas ou moradores das regiões afetadas pela nova lei.

O parlamentar parabenizou os senadores pelo trabalho e disse estar convencido de que todos os interessados foram ouvidos. Ele também cumprimentou os dois relatores do projeto.

– Acredito que avançamos muito para construir um Código Florestal que traga segurança jurídica para o campo e proteção para florestas e rios – avaliou.

## Projeto será exemplo para o mundo, diz Sérgio

Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou a aprovação pela Comissão de Meio Ambiente do projeto do



Código Florestal. O texto, disse o senador, atende tanto a interesses de ambientalistas quanto de ruralistas, não deixando “vencedores e nem perdedores”. Para Sérgio Souza, o projeto deverá dar o exemplo ao mundo de como conciliar a produção agrícola com práticas sustentáveis.

Entre os avanços do documento, o parlamentar citou a obrigação de recomposição de APPs com vegetação nativa e o pagamento de serviços ambientais aos produtores que preservarem as propriedades.

## Cassol defende texto do novo Código Florestal

Ao anunciar a aprovação dos destaques e das emendas ao projeto do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, Ivo Cassol (PP-RO) disse que setores da produção rural e do meio ambiente precisam andar lado a lado para que os brasileiros possam se autossustentar e sobreviver com dignidade.

O senador disse ter certeza de que o projeto não atendeu a todos os interesses envolvidos, mas observou que o esfor-



Cassol critica desrespeito a produtores

ço comum possibilitará tirar da clandestinidade os produtores rurais. Ele lamentou a falta de respeito dos manifestantes contrários ao projeto aprovado, que trataram os produtores como bandidos.

Ivo Cassol também rebateu acusação de que o projeto anistiará produtores que cometeram crimes ambientais.



Projeto deve passar pela última votação no Senado já na semana que vem. Ontem foram aprovados apenas quatro dos 77 destaques apresentados

# Código Florestal: pedido de urgência no Plenário

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) concluiu ontem a votação do substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) ao projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11). Também foi aprovado requerimento para que o texto tramite com urgência no Plenário, o que lhe daria prioridade. Se acolhido o pedido

de urgência, o texto pode ser votado já na próxima semana.

Após a aprovação do texto-base do substitutivo antontem, foram apresentados 77 destaques, dos quais apenas quatro foram aprovados na reunião de ontem.

Uma das emendas impede a regularização de atividades

consolidadas em áreas de preservação permanente (APPs) em imóveis nos limites de unidades de conservação de proteção integral, criadas até a promulgação do código. De autoria de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), também determina que o proprietário recupere a área, nos prazos previstos na nova lei.

Outras duas emendas aprovadas, de Aloysio Nunes e de Blairo Maggi (PR-MT), tratam de controle de incêndios e foram votadas em conjunto. O texto estabelece que, na responsabilização por queimadas em terras públicas ou privadas, deverá ser comprovado o nexo de causalidade entre a ação e o dano.

Aloysio Nunes também é autor do quarto destaque aprovado ontem. A emenda acolhida explicita que outras atividades de utilidade pública e interesse social, além das listadas na lei, que justifiquem o desmatamento de APP, só podem ser autorizadas "quando inexistir alternativa técnica".

## Rolleberg: entendimento pelo Brasil

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) disse ontem que o texto do Código Florestal aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA) é resultado de um entendimento pelo Brasil. O parlamentar cumprimentou todos os senadores que discutiram a matéria, com destaque para os relatores Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana.

– Dois homens experientes, dois ex-governadores, duas figuras públicas destacadas do Senado brasileiro e que souberam conduzir com muita competência e muita seriedade esses trabalhos – disse.

Rolleberg frisou que só foi possível um entendimento em torno de tema tão complexo e polêmico graças à capacidade de diálogo dos senadores.

– O texto aprovado afastou os radicalismos. É um texto equilibrado, que representa a média da opinião dos brasileiros – disse o senador, que manifestou sua convicção de que a matéria será aprovada em Plenário tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.

## Elogios

José Agripino (DEM-RN) cumprimentou Rolleberg pela condução equilibrada da CMA na produção do texto que chegará ao Plenário. O senador pelo Rio Grande do Norte assinalou que o código gerou discussões tensas, mas "isolou os radicais de um lado e do outro" graças à boa prática do entendimento. Para ele, o debate resultou em um texto capaz de conciliar a preservação do meio ambiente e a produção de alimentos.

Gim Argello (PTB-DF) também parabenizou a CMA pela votação de ontem, na qual foi aprovado "o melhor texto que este país podia conhecer". Na sequência, Renan Calheiros (PMDB-AL) acompanhou os elogios ao projeto de Código Florestal.



Entre Rolleberg e Luiz Henrique, Jorge Viana garante que não há redução das áreas de preservação permanente

## Para Viana, não existe anistia para quem desmatou

O relator, Jorge Viana, disse, respondendo a críticas de ambientalistas, que sua versão do projeto do novo Código Florestal "não prevê anistia" para quem desmatou ilegalmente áreas que deveriam ser protegidas. Ele também afirmou que o texto não flexibiliza as regras relativas às áreas de preservação permanente (APPs) e às áreas de reserva legal. Viana fez as declarações logo após a CMA votar os destaques ao projeto.

No dia anterior, a ex-ministra do Meio Ambiente e ex-senadora Marina Silva havia dito que "esse texto é uma derrota para a legislação ambiental brasileira e atende apenas a um setor da sociedade, a bancada ruralista".

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), por sua vez, acusou o projeto de "institucionalizar o desmatamento irregular". Mas, segundo Jorge Viana, muitas dessas críticas vêm sendo feitas "sem que se leia o texto".

– Não acatei nenhuma proposta que diminuísse a proteção a essas áreas – reiterou ele.

Favorável ao texto de Jorge Viana, o presidente da CMA, Rodrigo Rolleberg, afirmou que o projeto aprovado nessa comissão "é equilibrado e resulta de entendimento que foi buscado desde o início".

– Os radicais, de lado a lado, foram afastados – disse Rolleberg, em avaliação semelhante à de Pedro Taques (PDT-MT).

Tanto Jorge Viana quanto Rodrigo Rolleberg esperam que o projeto seja votado – e apro-



Aloysio Nunes Ferreira durante o debate: quatro emendas aprovadas na CMA

vado – no Plenário do Senado já na próxima semana. Caso isso se confirme, a matéria retornará à Câmara dos Deputados.

Raul do Valle, representante do Instituto Socioambiental, avaliou que o texto em tramitação no Senado "é melhor que aquele que veio da Câmara, mas está muito aquém do que é necessário para a proteção de florestas e rios".

– Do modo como está o proje-

to, quem desmatou ilegalmente continua sendo premiado. E quem protegeu não será premiado – criticou.

A reunião de ontem na CMA chegou a ser interrompida por uma manifestação contra o texto que tramita no Senado. Os participantes do protesto acusaram o projeto de beneficiar os grandes produtores rurais e de prejudicar o meio ambiente e os pequenos produtores rurais.

## Regra para áreas de várzea fica para votação final

Proposta para excluir os biomas apicuns e salgados (que integram as várzeas) da classificação de área de preservação permanente (APP) será decidida na tramitação do projeto de reforma do Código Florestal em Plenário.

Os senadores que representam estados onde é relevante a produção de sal e de camarão existentes nesses biomas defen-

deram a exclusão, mas concordaram em adiar o debate.

Ontem na CMA, Jorge Viana apresentou parecer contrário à exclusão, justificando que as atividades consolidadas em apicuns e salgados até julho de 2008 já estariam asseguradas nas disposições transitórias.

Durante a discussão, no entanto, ele firmou compromisso com Luiz Henrique de apresen-

tar destaque em Plenário para incluir a aquicultura no rol de atividades de interesse social que justificam autorização para supressão de vegetação em APP.

A mudança contemplaria a demanda dos produtores de camarão. No caso da produção de sal, o texto já inclui as salineiras entre atividades de utilidade pública – situação admitida para o uso de área de proteção.

## Senadores questionam as emendas

Os 73 destaques não aprovados foram considerados prejudicados por já terem sido acolhidos no substitutivo de Jorge Viana, pelo interesse dos autores de retirá-los de pauta ou pela ausência dos autores.

No início da reunião, senadores questionaram emendas acolhidas pelo relator, alegando que houve pouca discussão na reunião de votação do texto-base, quarta-feira. Blairo Maggi, por exemplo, questionou emenda de Aloysio Nunes, já integrada ao substitutivo, estabelecendo que, em bacias hidrográficas consideradas críticas, a consolidação de atividades rurais dependerá do aval do comitê de bacia hidrográfica competente ou dos conselhos estaduais.

Blairo argumenta que o poder atribuído aos comitês de bacias ou conselhos de meio ambiente altera acordo de regularização de atividades consolidadas em margens de rios. Já Aloysio Nunes afirma que os comitês de bacia devem ser ouvidos por sua representatividade, já que são compostos por representantes dos agricultores, usuários de água – inclusive fornecedoras de energia –, prefeitos e governo estadual.

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) esclareceu que, como a emenda já tinha sido aprovada, novas mudanças só poderão ser propostas na tramitação em Plenário.

## Uso da terra

Outra mudança questionada determina que, em imóveis na área de floresta na Amazônia Legal, a reserva legal "ficará reduzida" para até 50% quando o estado tiver mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público e terras indígenas homologadas, em vez de "poderá ser reduzida", como no substitutivo original. Randolfe Rodrigues criticou emenda de Romero Jucá (PMDB-RR), dizendo que a medida representará novos desmatamentos, opinião contestada pelo relator, Jorge Viana.



A expectativa da presidente da CI, Lúcia Vânia, é de que a ministra faça, até a próxima quinta-feira, balanço do estágio das obras do PAC e dos recursos aplicados nelas

# Comissão vai ouvir ministra do Planejamento sobre PAC

A MINISTRA DO Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, deve avaliar o andamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na última audiência pública deste ano na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A expectativa da presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), é de que o debate ocorra na próxima semana. Walter Pinheiro (PT-BA), que integra a comissão, assumiu o compromisso de definir uma data com a ministra.

– Esse é o momento ideal.

O Ministério do Planejamento fez, esta semana, balanço dos recursos e das obras do PAC. É importante fazer um debate amigável. A expectativa é de que a reunião possa ser realizada até a próxima quinta-feira – disse o senador.

## Projetos

Dado que, ontem, continuava o processo de votação do projeto de reforma do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente (CMA), a Comissão de Infraestrutura adiou a votação de cinco dos seis pro-

jetos que constavam na pauta do colegiado.

De acordo com Lúcia Vânia, senadores que integram as duas comissões solicitaram o adiamento.

O único projeto de lei examinado, o PLS 209/10 – que regulamenta o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) por meio de precatórios – recebeu parecer pela rejeição e agora segue para decisão definitiva da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

# Benedito apela por instalação de Estaleiro Eisa em Alagoas

A construção do Estaleiro Eisa em Alagoas poderá contribuir para diminuição das desigualdades regionais e funcionar como polo de atração de novas indústrias fornecedoras de equipamentos, além de gerar 10 mil empregos diretos. A avaliação é de Benedito de Lira (PP-AL), que ontem fez apelo à presidente Dilma Rousseff e à Petrobras, para que ajudem a viabilizar a obra. O investimento total deve chegar a R\$ 1,5 bilhão.

– Para que se possa melhorar a vida e o panorama político de Alagoas, da sociedade carente do meu estado, detentor do menor IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] do país, faço um apelo à presidente Dilma, à Petrobras, ao segmento público para viabilizar o Estaleiro Eisa – pediu.

O senador lembrou que Dilma participará hoje de cerimônia de entrega de mais um navio no Estaleiro Mauá, em Niterói (RJ).

O projeto de Alagoas prevê a construção de quatro a oito unidades de navios-sonda e de petroleiros com capacidade para transportar de 40 mil a 600 mil toneladas. Esses navios, de acordo com o parlamentar, estarão habilitados a transpor-



Gerardo Magela/Senado Federal

A redução de desigualdades regionais pesa a favor do pedido, diz senador

tar petróleo, grãos, bauxita e minério de ferro, atendendo aos mercados nacional e internacional.

Outros estados já têm muitos projetos de grande porte, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo, disse.

– Nesta Casa, que tem como fundamento as unidades federativas, devemos nos unir para diminuir a distância que separa as regiões Norte, Nordeste e até Centro-Oeste das demais, para ter um país muito rico, mas que hoje tem uma população ainda muito pobre. Só podemos diminuir essa distância fazendo que as regiões menos desenvolvidas recebam empreendimentos dessa monta – argumentou.



Walter Pinheiro (E), ao lado de Cyro Miranda, assume compromisso de colocar o debate na agenda da ministra do Planejamento: este é o momento ideal, avalia senador

## Marta critica falta de manutenção das pontes de São Paulo



A falta de manutenção de viadutos e pontes preocupa a população de São Paulo, onde 90% das estruturas precisam de manutenção, comentou Marta Suplicy (PT-SP).

A senadora lembrou o desabamento de parte do corredor de pedestres da Ponte dos Remédios, ocorrido na madrugada da terça-feira, na capital paulista.

Marta lamentou ainda o fato de o município de São Paulo manter R\$ 6 bilhões aplicados no mercado financeiro, enquanto faltariam investimentos para o bem-estar e a segurança da população. Segundo ela, falta planejamento à prefeitura.

## Bauer quer licitação para duplicar trecho da rodovia BR-280



Paulo Bauer (PSDB-SC) anunciou encontro com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, para discutir a viabilidade de lançamento de edital para duplicação da BR-280, no trecho entre Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul, ambas em Santa Catarina.

– A obra de duplicação é fundamental e improrrogável, já que atende a região de alta produção industrial.

A publicação do edital já foi adiada por duas vezes desde o ano passado, disse. A rodovia, afirmou, está com a capacidade esgotada há anos e atrapalha o escoamento da produção do estado para exportação.

## Pinheiro destaca nota de agência para economia brasileira

Walter Pinheiro (PT-BA) registrou o reconhecimento dos fundamentos da economia brasileira pela agência de classificação de riscos Standard & Poor's, que elevou a nota de crédito soberano do Brasil de BBB- para BBB. A própria agência, disse, justificou a elevação da nota afirmando que o aumento reflete as políticas econômicas adotadas pelo governo da presidente Dilma Rousseff.

Entre as ações adotadas pelo governo, o senador destacou as medidas fiscais rigorosas e a forma como o Banco Central tem enfrentado as pressões.

– De acordo com a Standard & Poor's, ao endurecer a política fiscal para combater a inflação, o governo brasileiro alargou o alcance do uso das ferramentas monetárias para influenciar a economia doméstica.

## Bahia instala entrepostos frigoríficos, ressalta Lídice

O governo da Bahia deu início à construção de entrepostos frigoríficos nas proximidades do comércio varejista em todo o estado, destacou Lídice da Mata (PSB-BA). O projeto visa resolver o problema do abate clandestino de gado bovino.

– Com isso, ganha o pequeno e médio produtor, sobretudo aqueles localizados no

interior do estado, os quais não dispõem da infraestrutura necessária para a conservação das carnes. A maior durabilidade do gênero resulta em maior oportunidade de comercialização ao longo do tempo – explicou.

A sistematização dos cortes de carne é outro avanço que deve ser obtido com a implantação do projeto, que deverá agregar valor mediante o incremento da qualidade dos produtos, com cortes embalados e desossados, além da novidade da rastreabilidade dos animais abatidos, acrescentou.

Lídice da Mata registrou ainda o aniversário de 23 anos da morte do economista baiano Rômulo Almeida, considerado “o pai da estrutura estatal da economia brasileira e um dos responsáveis pelo desenvolvimento econômico da Bahia”.



Luiz Alves/Senado Federal

Projeto visa acabar com o abate clandestino, explica Lídice da Mata

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Waldemir Moka  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário: Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • Ana Amélia • Eduardo Suplicy • José Sarney • Waldemir Moka • Paulo Paim • Lindbergh Farias

\* Licenciado

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Salário-família em dobro para mães trabalhadoras carentes

O pagamento do salário-família às trabalhadoras com filhos de até seis anos poderá ser feito em dobro, conforme projeto (PLS 416/11) de Paulo Bauer (PSDB-SC) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Hoje, o salário-família é pago a pais ou mães contribuintes de baixa renda, com filhos de até 14 anos e que recebem até R\$ 862,60; R\$ 29,43 para quem ganha até R\$ 573,91, e R\$ 20,74 para quem recebe até

R\$ 862,60. A única categoria excluída desse benefício são os trabalhadores domésticos.

A intenção de Bauer é compensar as mães trabalhadoras carentes que, além de ganhar menos que os homens, enfrentam sobrecarga nos cuidados dos filhos e da casa. O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), avaliou que a iniciativa é importante, mas não exige o poder público de ampliar a oferta de creches e combater a diferença salarial entre os sexos.

## Lúcia Vânia destaca proposta sobre doença rara

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a aprovação, pela CDH, de projeto de sua autoria (PLS 553/11) que exige os portadores de xeroderma pigmentoso da carência exigida para concessão de auxílio-doença e concessão de aposentadoria por invalidez.

A senadora informou que o xeroderma pigmentoso é uma doença rara que provoca deformidades físicas decorrentes das agressões que a radiação solar provoca na genética das células da pele dos portadores da enfermidade.



Projeto da senadora concede benefício a portador de xeroderma

Acrescentou que o gene que provoca a doença acomete 50% dos moradores de Araras, distrito de Faina (GO). E agradeceu o empenho do relator, Paulo Paim (PT-RS). A matéria ainda passará pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tem decisão terminativa.

## Projeto que facilita aposentadoria de vítimas da talidomida avança

Trabalhadores do setor privado e funcionários públicos vítimas da síndrome da talidomida poderão ter direito a se aposentar voluntariamente após 20 anos de contribuição, independentemente da idade que tenham. Essa possibilidade foi aberta com a aprovação ontem de projeto (PLS 512/11 – Complementar) do senador Paulo Paim (PT-RS) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Desenvolvida na Alemanha e comercializada no Brasil até 1965, a talidomida era um medicamento receitado por médicos para tratar grávidas

que sofriam de enjoos. Acabou-se descobrindo que esse medicamento era responsável por malformações de fetos. Bebês nasceram com sérias deficiências físicas, visuais e auditivas.

A droga hoje é indicada para algumas doenças, como hanseníase (antiga lepra). No Brasil, está restrita a hospitais e postos de saúde. A prescrição sofre rigoroso controle.

Na avaliação do relator, Paulo Davim (PV-RN), a proposta faz justiça e segue orientação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O texto vai para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Paulo Paim diz que Câmara aprovou projeto que ele apresentou em 2007 para regulamentar a profissão de catador ou reciclador de lixo

## Profissão de reciclador de lixo depende agora de sanção

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção do Senado para a aprovação, pelos deputados, de projeto de sua autoria que regulamenta a profissão de catador ou reciclador de lixo (PLS 618/07). Esses profissionais agora poderão se associar a sindicatos, montar cooperativas, negociar piso salarial, se tornar empreendedores individuais,

contribuir com a previdência e ter aposentadoria. O projeto vai à sanção.

A CDH, informou ainda Paim, transformará em proposição sugestão legislativa do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul) de conceder incentivos a projetos que favoreçam a integração regional.

Decisões constam de medida provisória aprovada na terça-feira pelo Senado, que seguiu à sanção presidencial. Também mudam regras de propaganda e advertência

# Plenário proíbe fumódromo e aumenta preço do cigarro



Cartaz de proibição no aeroporto de Brasília: projeto limita espaços para fumar

APROVADO NA TERÇA-FEIRA pelo Senado, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/11 – que, entre outras disposições, cria o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) – aumentou o imposto sobre o cigarro e mudou as regras de restrições ao consumo do produto.

O texto, enviado para a sanção presidencial, proíbe os chamados fumódromos, locais específicos para fumantes em recintos coletivos fechados, públicos ou privados.

Nos pontos de venda, não será mais permitida a propaganda com pôsteres, cartazes e painéis. Nesses locais, deverão ser expostas as cláusulas de advertência do Ministério da Saúde e o preço mínimo de varejo estipulado pelo governo.

A partir de 1º de janeiro de 2016, além de toda a parte posterior e uma das laterais do maço, as embalagens terão de apresentar texto de advertência adicional ocupando 30% da parte inferior da face frontal.

Inicialmente previsto para 1º de dezembro, o aumento do preço dos cigarros foi adiado pelo governo para o início de 2012, a pedido do setor. Com o reajuste do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o estabelecimento de preço mínimo, o cigarro subirá cerca de 20%, chegando a um aumento de 55% em 2015.

### O que diz o projeto

Medidas foram aprovadas pelo Senado, na última terça-feira, em meio a várias outras disposições incluídas no PLV 29/11

- ▶ Proibição de **fumódromos** em recintos coletivos fechados, públicos ou privados
- ▶ Proibição de **propaganda** com pôsteres, cartazes e painéis nos pontos de venda
  - ▶ Exposição, nesses locais, das **cláusulas de advertência** do Ministério da Saúde e do **preço mínimo** de varejo estipulado pelo governo
  - ▶ Aumento de cerca de 20% nos **preços**, no início de 2012, a partir do reajuste do IPI sobre o produto e da definição de um valor mínimo. Estima-se que o aumento chegue a 55% em 2015
  - ▶ Ampliação do espaço de advertência nas **embalagens**, a partir de 1º de janeiro de 2016. Além de toda a parte posterior e uma das laterais, o maço terá de apresentar texto adicional ocupando 30% da parte inferior frontal

## Venda de bebidas alcoólicas a menores pode virar crime

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem parecer sobre projeto do senador Humberto Costa (PT-PE) que torna crime a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

Atualmente, a prática é tratada no âmbito das contravenções penais. Uma vez tipificada como crime, a sanção será mais rigorosa. O projeto (PLS 508/11), que altera o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), prevê pena de dois a quatro anos e multa a quem vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica ou outros produtos cujos componentes possam causar algum tipo de dependência física ou psíquica.

Também está prevista multa de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil e interdição do estabelecimento comercial. O projeto vai à CCJ, onde receberá decisão terminativa.

### PRIORIDADE PARA JULGAR CRIMES CONTRA MENOR

A adoção de prioridade no julgamento de crimes envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes também foi aprovada ontem na CDH.

O PLS 507/11, também de Humberto Costa, modifica o ECA para que as vítimas tenham prioridade na tramitação de ações penais, inquéritos policiais e execução de quaisquer atos e diligências judiciais ou policiais. A matéria segue agora à CCJ para decisão terminativa.

## Postos de trabalho para pessoas com deficiência

As empresas que usufruírem de benefícios fiscais por atuarem em atividades ligadas à Copa de 2014, à Copa das Confederações, aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 terão que destinar ao menos 5% de seus postos de trabalho a pessoas com deficiência. A exigência consta de projeto (PLS 506/11) de Lindbergh Farias (PT-RJ), aprovado ontem pela CDH.

Para o relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), a proposta “estabelece uma contrapartida social justa”. A decisão terminativa caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CDH também transformou a Sugestão Legislativa 4 em projeto de lei, prevendo concessão de incentivos a iniciativas de integração econômica dos países sul-americanos.

## Sinalização sonora para semáforo de pedestre

Todos os semáforos para pedestre deverão emitir sinal sonoro para orientar a travessia de pessoas com deficiência visual. A medida, prevista em projeto (PLS 291/11) de Gim Argello (PTB-DF) aprovado pela CDH, amplia a Lei 10.098/00, que estabelece normas para promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mas condiciona a instalação desses equipamentos à intensidade do fluxo de veículos e ao grau de periculosidade da via.

O relator, Wellington Dias (PT-PI), disse que “a sonorização de semáforos é uma técnica amplamente utilizada em outros países e que pode ser facilmente disseminada por todo o país”. A decisão final caberá à CCJ.



Comissão de Relações Exteriores aprova indicado para embaixador na Coreia do Norte, que aceita sugestão para realizar jogos entre Brasil e time misto com a Coreia do Sul



Presidente da CRE, Fernando Collor (C) ouvindo as exposições dos diplomatas Roberto Colin e Eduardo Ricardo Gradilone

## Seleção de futebol poderá jogar pela paz nas Coreias

ASSIM COMO ATUOU em favor da paz no Haiti, a Seleção Brasileira de Futebol poderá entrar em campo no próximo ano para aproximar as duas Coreias. A sugestão foi feita por Eduardo Suplicy (PT-SP) e aceita pelo embaixador designado para a Coreia do Norte, Roberto Colin, cuja indicação para o posto obteve ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Após lembrar que o Brasil foi campeão na Copa de 2002, realizada na Coreia do Sul e no Japão, Suplicy observou que a popularidade dos jogadores naquela região poderia ajudar a reduzir a tensão atual entre a Coreia do Sul e a do Norte. Ele sugeriu, então, que a equipe participe de duas partidas contra time misto das duas Coreias: uma em Seul e outra em Pyongyang, as capitais.

– O Brasil está em boas condições para promover ações que signifiquem uma aproximação das duas Coreias – disse Suplicy.

Colin, cuja indicação teve como relator Luiz Henrique (PMDB-SC), afirmou que já conversou com o ministro de Esportes da Coreia do Norte sobre a possibilidade de cooperação e garantiu que vai se empenhar no projeto dos jogos.

**Coreia do Norte**

» Área: 120.538 km<sup>2</sup>  
 » População: 23.990.703  
 » PIB: US\$ 12.035 milhões  
 » Capital: Pyongyang

Fonte: IBGE Países

O embaixador indicado informou que, no ano que vem, deverá ser divulgado o nome do sucessor do atual líder da Coreia do Norte, Kim Jong Il. Mas afirmou, em resposta a Ana Amélia (PP-RS), que é muito difícil prever quando poderá haver uma reunificação das duas Coreias.

Segundo Colin, o Brasil abriu embaixada em Pyongyang, em 2009, com a intenção de “contribuir para a solução da questão coreana”. Ele ressaltou que Brasil e Coreia do Norte têm acordo de cooperação técnica e que pesquisadores da Embrapa estão colaborando no aperfeiçoamento das culturas de soja, considerada a principal fonte de proteína naquele país.

### Comissão aprova indicado para a Nova Zelândia

A CRE também aprovou a indicação de Eduardo Ricardo Gradilone para o cargo de embaixador na Nova Zelândia. Ele comprometeu-se a retomar as negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Nova Zelândia, além de empenhar-se na criação de uma linha aérea direta entre os dois países e no aprofundamento da cooperação na área ambiental.

**Nova Zelândia**

» Área: 270.986 km<sup>2</sup>  
 » População: 4.303.457  
 » PIB: US\$ 116.835 mi  
 » Capital: Wellington

Fonte: IBGE Países

## Comissão aprova acordos com Guiana e Croácia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou pareceres favoráveis a cinco projetos de decreto legislativo contendo acordos internacionais. O PDS 194/11, que teve como relator Cyro Miranda (PSDB-GO), aprova cooperação cultural com a Comunidade de Dominica (no Caribe). O PDS

236/11, cujo relator foi Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), trata de acordo com a Guiana para estabelecer regime especial fronteira e de transporte em Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana).

O PDS 243/11, relatado por Cristovam Buarque (PDT-DF), aprova cooperação educacional com a Guiné Equatorial. O PDS

286/11, cujo relator foi Sérgio Souza (PMDB-PR), aprova acordo com a Croácia para o exercício de atividade remunerada por dependente de pessoal diplomático. E o PDS 287/11, que teve como relator Marcelo Crivella (PRB-RJ), ratifica acordo de cooperação com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

## Marta pede providências da Câmara contra Jair Bolsonaro

Marta Suplicy (PT-SP) pediu ao presidente da Câmara, Marco Maia, punição para o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) por falta de decoro parlamentar. Ao protestar contra campanha do governo para combater o preconceito contra homossexuais nas escolas, ele teria dito que a presidente Dilma Rousseff deveria logo “assumir” se o seu negócio é “amor com homossexual”.

– A falta de decoro desse deputado tem ofendido cidadãos comuns e agora até mesmo a presidente – disse. Opção sexual é questão de foro íntimo, completou.

## Mozarildo volta a defender cassação de governador



Luiz Alves/Senado Federal

A cassação do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), acusado de abuso do poder econômico nas eleições de 2010, voltou a ser defendida em Plenário pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele criticou o fato de a legislação permitir a permanência do governador no cargo até a decisão, na próxima terça-feira, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## Relatório sobre indicação de Rosa Weber para o STF será lido na quarta-feira

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), confirmou que o relatório sobre a indicação de Rosa Maria Weber para o Supremo Tribunal Federal (STF), elaborado por Romero Jucá (PMDB-RR), será lido nesta quarta-feira, dia 30. Ele disse que, se houver quórum, fará o necessário para acelerar o exame, com previsão de sabatina e votação no dia seguinte.

O assunto foi levantado por Pedro Simon (PMDB-RS), que referiu-se a notícias de que a Executiva do PMDB teria decidido atrasar a votação da indicação para adiar o julgamento da Lei da Ficha Limpa, em sessão que teria de contar com a participação da ministra. A expectativa era de que o relatório tivesse sido lido na reunião do dia 23,

mas Jucá pediu adiamento.

– A imprensa já tem dado como manchete que está encerrada a questão da Ficha Limpa, que a decisão ficará para o ano que vem por decisão nossa. O mais negativo é que diz que essa decisão teria sido tomada pelo PMDB. A Executiva tomou a decisão – disse Simon.

Eunício negou que a Executiva do PMDB tivesse tratado da questão, inclusive porque só se reuniu à tarde, quando a leitura do relatório já havia sido adiada.

– A matéria continua na pauta ordinária e eu não tenho o menor interesse em atrasar. Eu votei duas vezes a favor da Ficha Limpa – afirmou Eunício Oliveira. Renan Calheiros (PMDB-AL) também afirmou que o tema não foi tratado pela Executiva do partido.



Pedro Simon (D) questionando se adiamento foi decisão da Executiva do PMDB

## Alvaro quer que ministro das Cidades fale sobre denúncia

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), solicitará aos presidentes das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) audiência conjunta para ouvir, na semana que vem, o ministro das Cidades, Mário Negromonte, sobre denúncias de irregularidades em obras da Copa do Mundo em Cuiabá.

A denúncia, informou, foi publicada ontem no jornal *O Estado de S.Paulo*.

– Compete ao Senado ouvir o ministro e, como decorrência de seu depoimento, decidir providências subsequentes. Com a concordância da maioria, poderemos reivindicar outros depoimentos de servidores envolvidos – propôs o senador.

O líder do PSDB protestou contra a permanência do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no cargo, mesmo após ter desafiado a presidente Dilma Rousseff, dizendo que não sairia do ministério “nem a bala”.

## “Decisão judicial se cumpre”, diz Geovani Borges



Mônica Mantz/Senado Federal

Geovani Borges (PMDB-AP) fez ontem seu discurso de despedida do Senado. Ele ocupava a vaga do irmão, Gilvam Borges (PMDB-AP), e dará lugar a João Capiberibe (PSB-AP), que conseguiu, na Justiça, o direito de tomar posse porque o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que a Lei da Ficha Limpa não poderia ser aplicada às eleições de 2010.

– Decisão judicial se cumpre, não se questiona – disse o parlamentar, lembrando que deixa o Senado sem ter cometido “um ilícito sequer”.

Marta Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão, manifestou sua alegria por ter trabalhado com Geovani Borges. A data da posse de Capiberibe deve ser definida dia 29.